



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

LEI Nº 227 de 15 de Junho de 2015.

Estabelece as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alcantil, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DEFINIÇÕES E CONCEITOS.

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2016, em cumprimento às disposições do art. 165, inciso II e § 2º da Constituição Federal, do art. 165 da Constituição do Estado da Paraíba, e da Lei Complementar nº 101, de 2009 (LC 101), compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - critérios relativos às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V - regras sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - disposições sobre transferências de recursos a entidades públicas e privadas, inclusive consórcios públicos, subvenções e anexo;
- VII - procedimentos sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VIII - autorização e limitações sobre operações de crédito;
- IX - contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;
- X - condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias de outro ente federativo;
- XI - orientações sobre alteração na legislação tributária municipal;
- XII - regras sobre despesas obrigatórias de caráter continuado;
- XIII - controle e fiscalização;
- XIV - disposições gerais.

Seção II Das Definições, Conceitos e Convenções.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I - Categoria de programação: programas e ações, na forma de projeto, atividade e operação especial, com as seguintes definições:

a) Programa: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ações: operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

c) ~~Atividade~~ instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

II - Órgão orçamentário: maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

III - Unidade orçamentária: menor nível de classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários;

IV - Produto: resultado de cada ação específica, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição da sociedade;

V - Título: forma pela qual a ação será identificada pela sociedade e constará no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), para expressar em linguagem clara, o objeto da ação;

VI - Elemento de Despesa: identificado dos objetivos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

VII - Grupo de Natureza da Despesa (serviço): agregador de elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, identificados a seguir:

- a) Pessoal e Encargos Sociais
- b) Juros e Encargos Financeiros
- c) Outras Despesas Correntes
- d) Investimentos
- e) Inversões Financeiras
- f) Amortização da Dívida

VIII - Categoria Econômica: classifica se a despesa contribui, ou não, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

IX - Modalidade de Aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

X - Reserva de Contingência: compreende o volume de recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos imprevistos, podendo ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;

XI - Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será configurada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida, ou porque é improvável que a entidade tenha que liquidá-la, ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança;





DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

XII - Transferência: a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;

XIII - Delegação de execução: consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

XIV - Seguridade Social: compreende um conjunto de ações integradas dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal;

XV - Despesa obrigatória de caráter continuado: é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

XVI - Execução física: realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

XVII - Execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XVIII - Execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

XIX - Riscos Fiscais: são conceituados como a possibilidade de ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Seção I Das Prioridades e Metas

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Durante a execução orçamentária o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativo a cada semestre, publicados nos termos da legislação vigente.

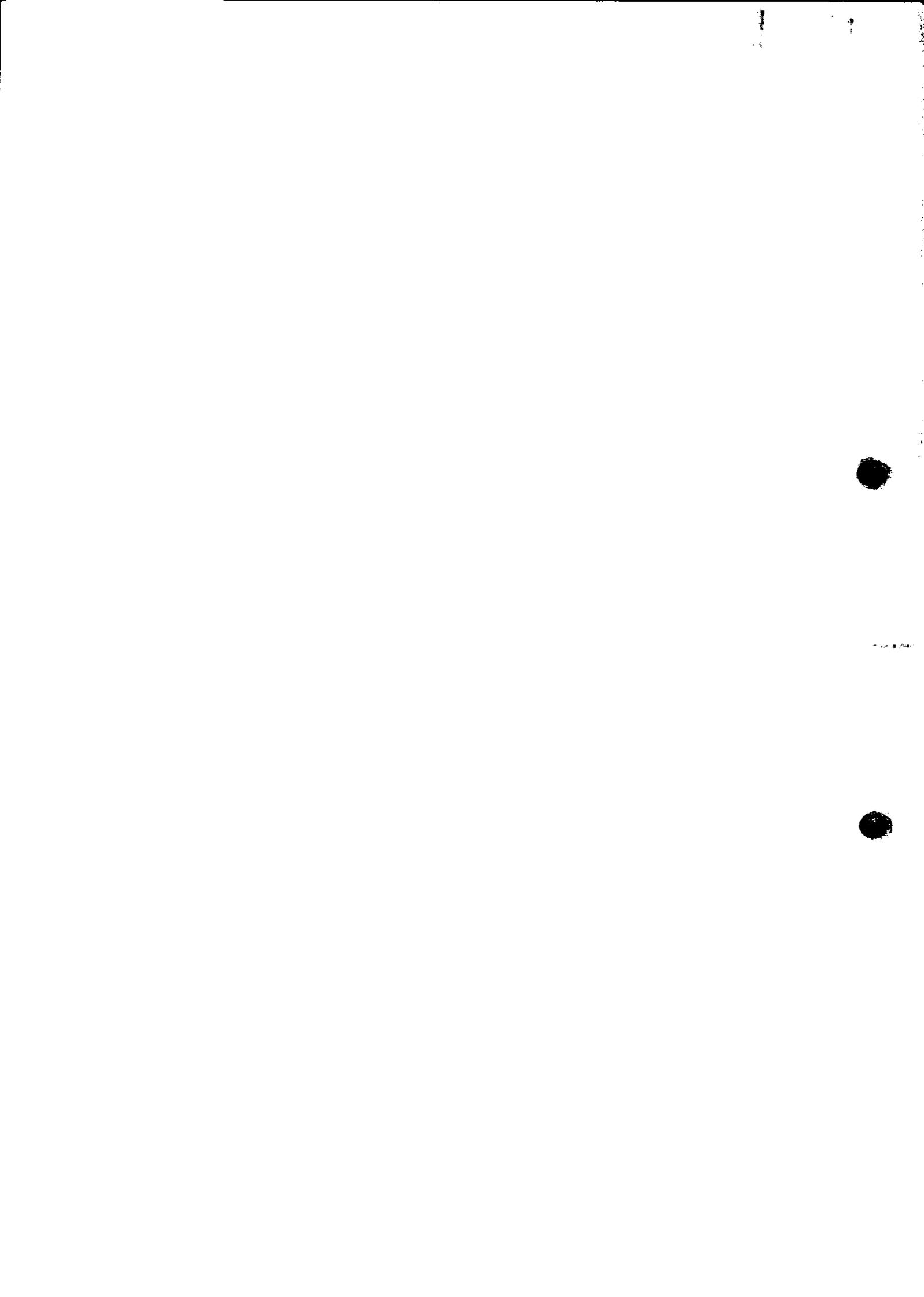
§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2016, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as disposições do art. 167 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 3º. O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.

Art. 4º. Na revisão do Plano Plurianual 2014/2017, serão consideradas as dimensões estratégica, tática e operacional, levando-se em conta as perspectivas de atuação do governo, os objetivos estratégicos, os programas e as ações que deverão ser executadas no Município, assim como as seguintes diretrizes:

I - diagnóstico dos desafios a serem enfrentados e das potencialidades que serão desenvolvidas, identificando as escolhas da população e do governo, na formulação dos planos e na estruturação dos programas de trabalho do governo municipal;

II - sintonia das políticas públicas municipais com as políticas públicas estabelecidas no plano plurianual da União, quanto aos programas nacionais executados pelo Município em parceria com outros entes federativos;





DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

CABINETE DO PREFEITO

III - reestruturação dos órgãos e unidades administrativas, modernização da gestão pública municipal e reconhecimento do capital humano como diferencial de qualidade na Administração Pública Municipal;

IV - aprimoramento do controle e do monitoramento, especialmente na execução das ações para atingir os objetivos estabelecidos nos planos, na realização dos serviços e no desempenho da administração municipal;

V - ampla participação da sociedade na formulação das políticas públicas e transparência na apresentação dos resultados da gestão.

Art. 5º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção de equilíbrio das contas públicas e metas previstas no Anexo de Metas Fiscais (AMF), que poderão ser revistas em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional e estadual.

Seção II Do Anexo de Prioridades

Art. 6º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal de 2016 constam do Anexo de Prioridades (AP), com a denominação de ANEXO I.

§ 1º As ações prioritárias identificadas no ANEXO I, que integra esta Lei, constarão do orçamento e serão executadas durante o exercício de 2016 em conformação com o Plano Plurianual (PPA).

§ 2º As ações prioritárias incluídas na proposta orçamentária para 2016, por meio dos projetos e atividades a eles relacionadas, obedecerão à regulamentação nacionalmente unificada.

§ 3º Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades de manutenção do funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2016.

ALCÂNTIL
A SERVIÇO DO POVO
Do Anexo de Metas Fiscais

Art. 7º O Anexo de Metas Fiscais (AMF), por meio do ANEXO II, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas e despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2016 e para os dois seguintes, para atender ao conteúdo estabelecido pelo §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como avaliação das metas do exercício anterior, por meio dos demonstrativos abaixo:

- I - DEMONSTRATIVO I: Metas Anuais;
- II - DEMONSTRATIVO II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Ano Anterior;
- III - DEMONSTRATIVO III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - DEMONSTRATIVO IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - DEMONSTRATIVO V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - DEMONSTRATIVO VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- VII - DEMONSTRATIVO VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - DEMONSTRATIVO VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único. O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta, constituídas pelos fundos especiais que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 8º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no ANEXO II, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 9º. Na proposta orçamentária para 2016 serão indicadas as receitas de capital destinadas aos investimentos que serão financiados por meio de convênios, contratos e outros instrumentos com órgãos e entidades de entes federativos, podendo os valores da receita de capital da LOA ser superiores à estimativa que consta no Anexo de Metas Fiscais, que integra esta Lei por meio do ANEXO II.

Seção IV Do Anexo de Riscos Fiscais

Art.10. O Anexo de Riscos Fiscais (ARF), que integra esta Lei por meio do ANEXO III, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

Art. 11. Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para reserva de contingência, prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, em até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL prevista para o exercício.

§ 2º. A reserva de contingência será constituída exclusivamente de recursos do orçamento fiscal, pode ser utilizada para compensar o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado e não previsto no projeto de lei orçamentária e das medidas tomadas pelo Poder Executivo.

Seção V Da Avaliação e do Cumprimento de Metas

Art. 12. Durante o exercício, o acompanhamento da gestão fiscal será feito por meio dos Relatórios RREO e RGF.

CAPÍTULO III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I Das Classificações Orçamentárias

Art.13. Na elaboração dos orçamentos serão respeitados os dispositivos, conceitos e definições estabelecidos na legislação vigente e obedecida a classificação constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 14. Cada programa será identificado no orçamento, onde as dotações respectivas conterão os recursos para realização das ações necessárias ao atingimento dos objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados valores, órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela realização.

Art. 15. As dotações, relacionadas à função encargos especiais, englobam as despesas orçamentárias em relação às quais, não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado, pois não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 16. As dotações relativas à classificação orçamentária encargos especiais vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinada aos encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização, juros e encargos de dívida;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;
- VI - Amortização de dívidas previdenciárias;
- VII - Outros encargos especiais.

Art. 17. A classificação institucional identificará as unidades orçamentárias agrupadas em seus respectivos órgãos.

Art. 18. A vinculação entre os programas constantes do PPA, os projetos e atividades incluídos no orçamento municipal e a relação das ações que integram o Anexo de Prioridades desta Lei são identificados pelo programa, projeto, atividade e encargos especiais.

Art. 19. A demonstração de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas desta LDO, será feita por meio de uma que integrará a Orçamentária de 2015.

Seção II

10 - Organização dos Orçamentos

A SERVIÇO DO POVO

Art. 20. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município e discriminarão suas despesas com os seguintes detalhamentos:

- I - programa de trabalho do órgão;
- II - despesa do órgão e unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, consoante disposições do art. 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e atualizações.

Parágrafo único. A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- II - Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades públicas ou por entidades privadas, nos termos da Lei.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 21. A reserva do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS será identificada no grupo de despesa pelo dígito “7”, enquanto que a reserva de contingência será identificada pelo dígito “9”, isolados dos demais grupos, no que se refere à natureza da despesa.

Art. 22. A reserva de contingência será utilizada como fonte de recursos orçamentários para a cobertura de créditos adicionais, nos termos da lei.

Art. 23. O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Art. 24. Na elaboração da proposta orçamentária do Município, para o exercício de 2016, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e permitida a inclusão de projetos genéricos.

Art. 25. A lei orçamentária não consignará dotação de investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Art. 26. Constarão dotações no orçamento de 2016 para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.

Art. 27. Constarão dotações no Orçamento de 2016 para contrapartida de investimentos custeados com recursos de convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres.

Art. 28. A proposta orçamentária para o exercício de 2016, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, será constituída de:

- I - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- II - Anexos;
- III - Mensagem.

§1º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será feita por meio de quadros orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320, de 1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Tabelas e Demonstrativos:
 - a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2013, 2014 e estimada para 2015;
 - b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2013 e 2014 e estimada para 2015;
 - c) Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada na proposta orçamentária para 2016, para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como o percentual orçado para aplicação na MDE, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;
 - d) Demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141, de 2012 e despesas fixadas na proposta orçamentária para 2016, destinada às ações e serviços públicos de saúde no Município;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

e) Demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;

f) Demonstrativo dos recursos destinados à Reserva de Contingência.

III - Anexos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 que integrarão o orçamento:

- a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo a natureza;
- b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;
- c) Anexo 2: Demonstrativo consolidado da despesa por categoria econômica;
- d) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projetos, atividades e operações especiais, por unidade orçamentária;
- e) Anexo 7: Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;
- f) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;
- g) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas da LDO, consoante disposições do art. 19 desta Lei;

V - Demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, consoante disposições do § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 2º A mensagem, de que trata o inciso II do caput deste artigo conterá:

- I - Análise econômica enfocando os aspectos que influenciem o Município;
- II - Resumo da situação econômica e social do Governo Municipal;
- III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;
- IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada;
- V - Situação financeira do Município, restos a pagar e compromissos financeiros exigíveis.

§ 3º Não poderão ser incluídos no orçamento novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 4º Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino.

§ 5º No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em 2015.

§ 6º Na estimativa das receitas que integrarão o orçamento de 2016 considerar-se-á a tendência do presente exercício de 2015, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2016 e as disposições desta Lei.

§ 7º As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada e evidenciados "déficit" ou "superávit" corrente, no orçamento anual.

§ 8º O valor da dotação destinada à reserva de contingência, no orçamento de 2016, não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida, apurada nos termos do art. 2º, inciso IV e § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 9. A Modalidade de Aplicação MD 99 será utilizada para classificação orçamentária de reserva de contingência.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

§ 10. Constarão do orçamento dotações destinadas à execução de projetos a serem realizados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União, assim como para as contrapartidas, nos termos da LDO da União e do Estado.

§ 11. O Orçamento elaborado pelo Poder Legislativo para ser incluído na proposta do Orçamento Municipal de 2016, observará as estimativas das receitas de que trata o art. 29-A e os seus incisos, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art. 29. No texto da lei orçamentária para o exercício de 2016 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, de até 50% (cinquenta por cento) do total dos orçamentos e autorização para contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

Art. 30. Ao limite estabelecido no art. 29 acrescer-se-á 10% (dez por cento) do total dos orçamentos para as suplementações destinadas ao atendimento das seguintes despesas:

- I - do Poder Legislativo;
- II - de pessoal e encargos;
- III - com previdência social;
- IV - com o pagamento da dívida pública;
- V - do custeio dos sistemas municipais de educação, de saúde e assistência social;
- VI - despesas de emergência de defesa civil, combate aos efeitos de catástrofes, secas e epidemias;
- VII - despesas para a execução de investimentos com recursos de transferências voluntárias do Estado e da União.

Art.31. Será considerada a obtenção de alteração primária na elaboração do projeto, na aprovação e execução da lei orçamentária para 2016.

Art. 32. Constarão da proposta orçamentária para 2016 dotações para programas, projetos e atividades constantes do Plano Plurianual 2014/2017.

Seção IV Das Alterações e do Processamento

Art. 33. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, §3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, com todas as emendas e anexos.

§ 1º. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 2º. O veto às emendas mencionadas no caput deste artigo restabelecerá a redação inicial da dotação constante da proposta orçamentária.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

§ 3º. No caso de haver comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito da Câmara Municipal, poderá haver retificação nos autógrafos da Lei Orçamentária de 2016 pelo Poder Legislativo, até a data da sanção.

Art. 34. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Art. 35. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de despesas, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adaptação de classificação funcional e do Programa ao novo órgão.

Art. 36. Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos dos órgãos, unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito adicional especial, observada a Lei 4.320, de 1964 e autorização da Câmara de Vereadores.

PREFEITURA DE

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 37. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro da mesma categoria de programação e categoria econômica de despesa, bem como a inclusão de elementos de despesa não previstos em um mesmo projeto, atividade ou operação especial e que não altere o seu valor total, serão efetuadas através de portaria do Secretário de Finanças.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do caput deste artigo não constituem créditos adicionais ao orçamento.

Art. 38. Poderão ser incluídos programas novos, inclusive criados pela União ou pelo Estado da Paraíba, por meio de alteração, aprovada por Lei, no Plano Plurianual, nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, e seus anexos, no decorrer do exercício de 2016.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção Única Da Receita Municipal e das Alterações na Legislação Fiscal

Art. 39. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - evolução da receita nos últimos três anos.

Art. 40. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 41. A estimativa da receita para 2016 consta de demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais, com metodologia e memória de cálculo, consoante disposições da legislação em vigor.

Art. 42 A estimativa de receita que integra o Anexo de Metas Fiscais – AMF, desta Lei, fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

Art. 43. Poderá ser considerada, no orçamento para 2016, previsão de receita com base na arrecadação estimada decorrente de alteração na legislação tributária, inclusive estimativa de acréscimos na participação do Município na distribuição de royalties de petróleo, caso seja editada norma legal pertinente.

Art. 44. Na proposta orçamentária o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital.

Art. 45. As leis relativas às alterações na legislação tributária que dependam de atendimento das disposições da alínea “b” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal, para vigorar no exercício de 2016, deverão ser aprovadas e publicadas dentro do exercício de 2015.

Art. 46. O montante estimado para receita de capital, constante nos anexos desta LDO para 2016, poderá ser modificado na proposta orçamentária, para atender previsão de repasses, destinados a investimentos.

§ 1º. A execução da despesa de que trata o caput deste artigo fica condicionada à viabilização das transferências dos recursos respectivos.

§ 2º. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo, deverá haver justificação na mensagem que acompanha a proposta orçamentária para 2016 ao Poder Legislativo.

Art. 47. A reestimativa de receita na LOA para 2016, por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no § 3º do art. 150 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, são consideradas as receitas estimadas nos anexos desta Lei para o exercício de 2016.

Art. 48. Para fins de aperfeiçoamento da política e da administração fiscal do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, notadamente sobre:

- I - Alteração e atualização do Código Tributário Municipal;
- II - Aperfeiçoamento e a atualização da legislação tributária referente ao imposto sobre Serviço de Qualquer natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- III - Adequação, inovação e atualização da legislação tributária referente às taxas municipais.

Art. 49. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da LRF.

Art.50. Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas e despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, 5 (cinco) anos.





DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.

Art. 52. O Setor de tributação registrará em sistema informatizado os valores lançados e arrecadados e informará a contabilidade, para permitir o conhecimento dos créditos a receber.

Art. 53. O sistema de tributação de que trata o artigo anterior, deverá ser concebido para que possa oferecer à contabilidade, diariamente, a movimentação dos tributos lançados, arrecadados e o valor dos créditos tributários pendentes de pagamento.

Art. 54. O Poder Executivo deverá realizar atualização cadastral e/ou recadastramento imobiliário e mercantil, para cumprir a legislação específica e propiciar o efetivo cumprimento do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55. O sistema de informação deverá manter-se atualizado e com manutenção continuada do banco de dados cadastrais.

Art. 56. O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

PREFEITURA DE

MUNICÍPIO DE
ALCANTIL
SECRETARIA DE
DESPESA PÚBLICA

Seção I
Da Execução da Despesa

ALCANTIL

Art. 57. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e meios de arrecadação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei nº 10.097/2000.

Art. 58. O processamento das despesas cujo valor da contratação excedam os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, será formalizado devendo constar de processo administrativo simplificado junto ao setor de execução orçamentária a documentação comprobatória contendo:

- I - a autorização para realizar a despesa;
- II - o termo de adjudicação da licitação;
- III - a autorização para emissão da nota de empenho;
- IV - o instrumento de contrato;
- V - a documentação relativa ao cumprimento do objeto, entrega do bem ou conclusão da etapa da obra ou serviço, que instruirá os procedimentos de liquidação formal da despesa;
- VI - a autorização para pagamento.

Art. 59. O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na legislação aplicável, estabelecerá procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, bem como os procedimentos aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2016.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

§ 1º. Os gestores de fundos especiais e entidades da Administração Direta e Indireta ajustarão os sistemas de informação para que sejam consolidadas as contas municipais, a partir da execução orçamentária do mês de janeiro de 2016.

§ 2º. O Poder Legislativo enviará a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público.

Art. 60. A Secretaria de Administração em conjunto com o Controle Interno do município, visando atender o disposto na alínea "e" inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 2000, o art. 74 da Constituição Federal, bem como, a necessidade de eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos, deverá manter um sistema de controle interno integrado que possibilite:

- I – mensurar o desempenho dos programas de governo;
- II – conhecer o custo de cada ação, bem como dos programas de governo;
- III – auxiliar na decisão de alocar recursos necessários a certas atividades;
- IV – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;
- V – identificar áreas deficientes para priorização nos esforços de melhoramento.

PREFEITURA DE

Alcântil

Da Transferência das Delegações e dos Consórcios Públicos.

Art. 61. Para a transferência de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou transferência da forma estabelecida nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público, em vigor, publicados pela SUN.

Art. 62. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária, nacionalmente unificada e as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 1º. O consórcio adotará no exercício de 2016 as normas unificadas para os entes da Federação estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e adequará seu sistema informatizado ao do Município, para propiciar a consolidação das contas, para atender as disposições do art. 50 e incisos da Lei Complementar nº 101, de 2000 e seguirá as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

§ 2º. Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES/TCE-PB, os dados mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais.

§ 3º. O contrato de rateio é o instrumento por meio do qual o Município consorciado compromete-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados na Lei Orçamentária.

Art. 63. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2016, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá de atendimento aos requisitos exigidos nesta Lei.

7



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 64. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 65. A concessão de subvenções dependerá da comprovação do atendimento aos requisitos exigidos na legislação, especificados no art. 64, devendo ser demonstrado:

I - de que as entidades beneficiárias sejam de atendimento direto ao público e atendam ao disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, cujas condições de funcionamento sejam consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização;

II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;

III - da existência de prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do *parágrafo único* do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

IV - que a comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, seja mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos instrumentos de constituição da entidade, até 30 de julho de 2015;

VI - da comprovação de que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante as Fazendas Estadual, Federal e Municipal, nos termos da legislação específica;

VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Art. 66 Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, bem como o cumprimento do objeto.

Art. 67. É condição preliminar à solicitação dos recursos de que trata esta sessão, a apresentação de projeto instruído com plano de trabalho para aplicação de recursos e demais documentos exigidos, devendo ser formalizado em processo administrativo, na repartição competente, contendo indicação dos resultados esperados com a realização do projeto.

Parágrafo único. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.

Art. 68. Integrará o convênio, que formalizará a transferência de recursos, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo único. Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, constará no plano de trabalho para aplicação dos recursos, de que trata o caput deste artigo, objetivos, justificativas e metas a serem atingidas com a utilização dos recursos, respectivo cronograma de desembolso e vinculação ao programa de trabalho respectivo.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 69. Também serão permitidos repasses as instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural e esportiva, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta Lei.

Art.70. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos instrumentos de convênio, ajuste ou repasse.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica do Município expedirá normas sobre as disposições contratuais e de convênios que deverão constar dos instrumentos respectivos, para que sejam aprovados pela área jurídica municipal, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

Art. 71. As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio, repasse ou ajuste.

Art. 72. O órgão central de Controle Interno fiscalizará todo o processo de solicitação, concessão, execução, prestação de contas e avaliação dos resultados.

Seção III Das Despesas com Pessoal e Cargos

Art. 73. No caso de dotação orçamentária chegar a ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica vedada a utilização de despesas com hora extra, ressalvadas:

- I - às áreas de saúde, educação e assistência social,
- II - os casos de emergência temporária de excepcional interesse público;
- III - às ações de defesa civil.

Art. 74. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, para atender ao inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 75. Para cumprimento do disposto no art. 7º, inciso IV e no art. 37, inciso X da Constituição Federal, a proposta orçamentária conterá margem de expansão nas despesas de pessoal estimada para o exercício de 2016, devendo ser considerado no cálculo o percentual de acréscimo estabelecido para o salário mínimo nacional do referido exercício.

Parágrafo único. Nas projeções de expansão das despesas de pessoal que integram o Anexo de Metas Fiscais desta LDO, para a remuneração dos servidores municipais, nos termos da legislação federal respectiva, estima-se o valor atribuído para o salário mínimo vigente no país, a partir de 1º de janeiro de 2016 como piso salarial.

Art. 76. Para as despesas que já estejam previstas na margem de expansão incluída nas dotações de pessoal da LOA de 2016, quando da apresentação de projeto de lei para sua concessão, não haverá impacto orçamentário-financeiro a demonstrar.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 77. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para atendimento das disposições do art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de julho de 2007, bem como para pagar o valor do salário mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação de lei municipal contemplando o reajuste.

Parágrafo único. Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar os critérios nas leis específicas que concederem as revisões e reajustes.

Art. 78. Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que venham a implicar em aumento de despesa com pessoal, desde que sejam respeitados os limites legais.

§ 1º. O Poder Executivo poderá consignar dotações no orçamento para 2016 destinadas a realização de concurso público para preenchimento de cargos e vagas previstas na organização funcional do Município, ou para esse fim criadas, assim como, implantação de programas de desenvolvimento profissional dos servidores municipais, respeitados os limites previstos na Lei 101/2000.

§ 2º. Também constará no orçamento dotações para o custeio de programas de reestruturação administrativa e modernização da gestão pública municipal.

Art. 79. Será apresentado, mensalmente, o resumo da folha de pagamento do pessoal do ensino, para exame do Conselho de Controle Social do FUNDEB, bem como demonstrativos de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), devendo ser registrado em atas, das reuniões do referido conselho, a entrega dos demonstrativos.

Parágrafo único. A apresentação da documentação de que trata o caput deste artigo ao Conselho do FUNDEB ocorrerá até o último dia útil subsequente.

Art. 80. Havendo necessidade de reduzir as despesas do pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo, consoante disposições da Constituição Federal, adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas aos servidores;
- II - eliminação de despesas com pessoal;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão harmonizadas com as disposições constitucionais, especialmente o art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente.

Seção IV Das Despesas com Seguridade Social

Art. 81. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Subseção I Das Despesas com a Previdência Social

7



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art. 82. Serão Incluídas dotações no orçamento de 2016 para realização de despesas em favor da previdência social, devendo os pagamentos das obrigações patronais em favor do RGPS e do RPPS ser feitos nos prazos estabelecidos na legislação vigente, juntamente com o valor das contribuições retidas dos servidores municipais.

§ 1º. O empenhamento das despesas com obrigações patronais será estimativo para o exercício, por competência, devendo haver o processamento da liquidação em cada mês de competência, de acordo com a legislação previdenciária.

§ 2º. Respeitadas as disposições da legislação específica, serão deduzidos das obrigações patronais os valores dos benefícios pagos diretamente pelo Município aos servidores segurados.

§ 3º. Poderá haver aporte adicional de recursos em favor do RPPS, nos termos estabelecidos em Lei.

§ 4º. O pagamento das obrigações previdenciárias tem prioridade em relação às demais despesas de custeio.

Art. 83. Fica autorizado ao Poder Executivo realizar pagamentos das contribuições previdenciárias por meio de débito automático na conta de fundos e tributos em favor dos regimes previdenciários.

Art. 84. O Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Câmara de Vereadores, quando, diante de avaliação atuarial for identificada a necessidade de alterar alíquotas de contribuições, para o RPPS e/ou para atualizar dispositivos da legislação local para adequá-la às normas e dispositivos de Lei Federal, dentro do exercício de 2016.

PREFEITURA DE

Subseção II

Despesas com Ativos e Serviços Públicos de Saúde

ALCANTIL

A SERVIÇO DO POVO

Art. 85. Para fins de aplicação de recursos públicos em saúde, considerar-se-ão ações e serviços públicos voltados para a promoção, prevenção e recuperação que atendam aos princípios estabelecidos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 1990 e atualizações.

§ 1º. O recolhimento de lixo hospitalar, não é considerado aplicação de recursos em saúde, devendo ser a despesa custeada por meio de dotações para custeio da limpeza urbana e destinação final dos resíduos sólidos.

§ 2º. São provisões da política de saúde do Município os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de rodas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, assunção de despesas com exames médicos, apoio financeiro para tratamento fora do domicílio, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e outras necessidades de uso pertinentes às atividades de saúde, que passam a integrar o orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

§ 3º. Fica permitida a realização de despesas com o custeio de casa de passagem para hospedar pacientes do Município durante o período de atendimento e/ou prestação de exames em outro Município ou na Capital do Estado.

Art. 86. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da LDO da União para 2016, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.

Art. 87. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho Municipal de Saúde, aos órgãos de Controle Externo e publicará em local visível do prédio da Prefeitura, assim como entregará para publicação na Câmara de



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Vereadores o demonstrativo de recebimento e aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, bimestralmente.

Parágrafo único. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos do Fundo Municipal de Saúde, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 88. Compete ao Conselho Municipal de Saúde registrar em ata o recebimento dos demonstrativos contábeis e financeiros citados no caput do artigo 87 e examinar o desempenho da gestão dos programas de saúde em execução no Município.

Art. 89. Integrará a prestação de contas anual:

I - a Programação Anual de Saúde;

II - o Relatório Anual de Saúde.

Art. 90. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo será conclusivo e fundamentado e emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 91. O Gestor do Fundo Municipal de Saúde elaborará a programação financeira do Fundo, executará o orçamento, emitirá balanços de receitas e despesas mensalmente, e dará conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 92. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal de transparência na Internet, a execução orçamentária diária dos recursos do fundo.

Subseção III Das Despesas com Assistência Social

Art. 93. Para atender ao disposto no art. 93 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação aplicável.

Art. 94. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art. 95. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social.

Art. 96. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção V Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art. 97. Integrará à prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Educação Básica e demais disposições contidas no art. 27 da Lei nº. 11.494, de 2007 e normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 98. As prestações de contas de recursos do FUNDEB, apresentadas pelos gestores aos órgãos de controle, serão instruídas com parecer do Conselho de Controle Social do Fundo, devendo o referido parecer,

7



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 99. Será apresentada, preliminarmente, ao Conselho de Controle Social do FUNDEB a prestação de contas anual referente às receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo o conselho apreciar e emitir parecer dentro de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da prestação de contas.

Art. 100. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho de Controle Social do FUNDEB.

Art. 101. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho de Controle Social do FUNDEB, aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no Prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo VIII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

Art. 102. Integrará o Orçamento do Município para 2016 uma tabela demonstrativa do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante a aplicação de pelo menos 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Seção VI Dos Repasses de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 103. O repasse de recursos em 1º de janeiro de 2016 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2015, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2016, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das contas de cada exercício anterior, que formarão a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de fundos ao Poder Legislativo em 2016.

Art. 104. A Câmara de Vereadores enviará à Prefeitura cópia dos balanços orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de cumprimento das disposições do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção VII Das Despesas com Serviços de Outros Governos

Art. 105. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, pactos formais e termos de cooperação, no orçamento de 2016, para o custeio de despesas referentes a atividades ou serviços próprios de outros governos.

Art. 106. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade do Estado fica condicionada a formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes, aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município.

Seção VIII Das Despesas com Cultura e Esportes

Art. 107. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos, ficando a concessão de prêmios subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art. 108. Nos programas culturais de que trata o art. 107 desta Lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Art. 109. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível com os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Art. 110. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal e regulamento local.

Seção IX Dos Créditos Adicionais

Art. 111. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto Executivo.

Art. 112. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do *caput* deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilita ao Poder Executivo realizá-las.

Parágrafo único. Nos casos de que trata o inciso III do *caput* deste artigo, poderão ser utilizados os valores das dotações consignadas em favor de contingência.

Art. 113. As solicitações ao Poder Legislativo, de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão informações sobre a metodologia de cálculo na mensagem que encaminhar o respectivo projeto de lei.

Art. 114. As propostas de modificações do projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 115. Durante o exercício os projetos de Lei, enviados à Câmara Municipal de Vereadores, destinados a abertura de créditos especiais, incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar a execução dos programas de governo envolvidos, com a execução orçamentária respectiva.

Art. 116. Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2015 poderão ser reabertos em 2016, até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício.

Art. 117. As permutas de fontes de recursos, respeitadas a mesma categoria de programação, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa, não constituem créditos adicionais ao orçamento.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do *caput* deste artigo serão efetuadas através de portaria do Secretário de Finanças.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art.118. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar à Câmara de Vereadores.

§ 1º. O Poder Legislativo indicará tanto a dotação que será suplementada, como aquela que será anulada no Orçamento da Câmara Municipal, quando da solicitação de abertura de crédito adicional ao Executivo, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º. O valor dos créditos orçamentários abertos em favor do Poder Legislativo não onera o percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária de 2016.

Art.119. Os créditos extraordinários são destinados a despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os créditos extraordinários, respeitada a legislação federal pertinente, não dependem de recursos orçamentários para sua abertura.

Art. 120. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos de nº 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

PREFEITURA DE

Seção X

Das Mudanças na Estrutura Administrativa

ALCANTIL

Art. 121. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei municipal.

A SERVIÇO DO POVO

Art.122. Havendo mudança na estrutura administrativa que tenha sido autorizada pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2016, ou em crédito especial, decorrentes da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 1º. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o caput poderá haver reajuste na classificação funcional.

§ 2º. Mudanças na estrutura administrativa autorizada por Lei, onde conste autorização para abertura de crédito adicional especial no final do exercício de 2015, em consonância com a regra do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, ocorrida após a apresentação da proposta orçamentária à Câmara, poderão ser reabertos no mês de janeiro de 2016, para que seja iniciada a execução orçamentária do referido exercício com a nova estrutura.

Seção XI

Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 123. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais de que trata o caput deste artigo deverão ser entregues até o último dia útil do mês de agosto de 2015, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto do PPA 2014/2017 e na proposta orçamentária para 2016.

Art. 124. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§1º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação aplicável.

§2º. É vedada à vinculação de receita a fundo ou despesa, ressalvadas as disposições do art. 167, inciso IV da Constituição da República e disposições do art. 71 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 125. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo nos termos da legislação aplicável.

§ 1º. Os gestores dos fundos apresentarão aos Conselhos, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês, demonstrativos da execução orçamentária do fundo respectivo.

§ 2º. Os conselhos reunir-se-ão regularmente e encaminharão cópia das atas ao Poder Executivo e aos gestores de fundos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a reunião, para que cópia das atas integre as prestações de contas que serão encaminhadas aos órgãos de controle.

§ 3º. Os pareceres dos conselhos sobre as prestações de contas serão fundamentados e deverão opinar objetivamente sobre as contas apresentadas, devendo ser emitidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da prestação de contas, expedidas cópias autenticadas ao Poder Executivo e ao gestor do fundo, para encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.

§ 4º. A omissão de prestação de contas por parte do gestor do fundo implicará em tomada de contas especial, na forma da lei ou de regulamento.

Art. 126. O Órgão Central de Controle Interno do Município acompanhará a execução orçamentária dos fundos especiais existentes no Município, nos termos da legislação pertinente, assim como o envio pelo fundo, à Contabilidade Geral do Município, dos dados e informações em meio eletrônico para disponibilização a sociedade e aos órgãos de controle.

Parágrafo único. Preferencialmente será adotado banco de dados único para o Poder Executivo, devendo os fundos e entidades da administração indireta adotar os procedimentos estabelecidos pelo órgão central de contabilidade.

Seção XII Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 127. O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será publicado da forma definida na legislação pertinente.

§ 1º A contabilidade terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário e financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informados pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas por meio do programa novo, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

§ 2º Idêntico prazo, ao do § 1º, terá o setor de recursos humanos para disponibilizar folhas de pagamento simuladas que instruirão cálculos de estudo de impacto orçamentário e financeiro para efeito de análise de reflexos de acréscimos na despesa de pessoal na hipótese de concessão de reajuste salarial.

Art. 128. As entidades da administração indireta, fundos e do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e do Poder Legislativo disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão de Contabilidade Geral do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social.

Art. 129. O Órgão Central de Controle Interno conferirá a exatidão dos dados e informações de que trata o art. 128, assim como o cumprimento dos prazos.

Art. 130. Antecede à geração de despesa nova a publicação de demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e atualizações posteriores.

Art. 131. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, o Poder Executivo promoverá reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, limitadas por atos próprios as limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 132. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos procedimentos para a limitação de empenho, devendo ser seguida a seguinte ordem de prioridade:

- I - obras de manutenção;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - contratação de pessoal;
- V - serviços para a expansão da ação governamental;
- VI - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VII - fomento ao esporte;
- VIII - fomento à cultura;
- IX - fomento ao desenvolvimento;
- X - serviços para a manutenção da ação governamental;
- XI - materiais de consumo para a manutenção da ação governamental.

Parágrafo único. A limitação de empenho e a movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Art.133. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal e encargos sociais.

Art.134. Havendo alienação de bens será aberta conta específica para recebimento e movimentação dos recursos, que serão destinados apenas à realização de despesas de capital.

Parágrafo único. As receitas de capital originárias da alienação de bens adquiridos e em uso na Câmara de Vereadores serão utilizadas para aquisição de novos bens para uso do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Seção Única Da Programação Financeira

Art.135. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2016, o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimestrais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º. Os anexos da Lei Orçamentária de 2016 poderão ser elaborados, aprovados e publicados com o detalhamento da despesa até o nível de elemento, situação em que fica dispensada a publicação do quadro de detalhamento da despesa.

§ 2º. O Quadro de detalhamento de Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa, de acordo com a classificação nacional, classificada e de conformidade com os grupos de despesa de cada dotação.

§ 3º. O Decreto que aprova a programação financeira será instruído com a indicação da metodologia utilizada para elaboração dos elementosativos que integrem a programação.

§ 4º. O cronograma mensal de desembolso será elaborado considerando a análise da receita estimada e da despesa autorizada por 12 (doze) meses, distribuído nos meses do exercício.

§ 5º. Durante a execução orçamentária no exercício de 2016, na construção da programação financeira levar-se-á em consideração a receita efetivamente realizada, frente às projeções estimadas no cronograma mensal de desembolso, para propiciar tomar decisões sobre providências para contingenciamento de despesas e/ou para geração de superávit primário.

Art. 136. Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou seja, receita arrecadada até o bimestre, inferior à previsão, aplicam-se às normas estabelecidas nos artigos 132 e 133 desta Lei.

Art. 137. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 138. Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão aplicados apenas no atendimento do objeto da sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele que ocorrer o ingresso.

CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção única Das Prestações de Contas



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

DO PREFEITO
Art. 139. A prestação de contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2016, será apresentada, até o dia 31 de março de 2017, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, composta da documentação e das demonstrações contábeis:

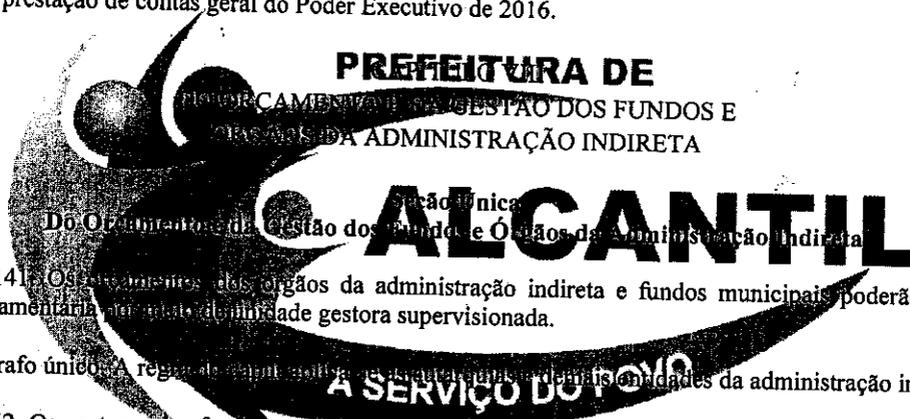
- I - do Poder Executivo; e
- II - de forma consolidada do Município, incluindo os balanços consolidados de ambos os Poderes.

§ 1º. Será disponibilizado à Câmara, ao Tribunal de Contas e colocado na Internet à disposição da sociedade a prestação de contas do exercício de 2016, em versão eletrônica, na forma estabelecida em lei e/ou regulamento.

§ 2º. Os ordenadores de despesas, gestores de saúde, de educação, de assistência social e de programas farão relatório de gestão no mês de dezembro de 2016, para apresentação aos órgãos de controle.

§ 3º. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira dos convênios, contratos e outros instrumentos, assim como acompanhará o processo de elaboração da respectiva prestação de contas no exercício de 2016.

Art. 140. O titular do órgão central de controle interno apresentará relatório geral das atividades do órgão junto com a prestação de contas geral do Poder Executivo de 2016.



Art. 141. Os documentos dos órgãos da administração indireta e fundos municipais poderão integrar a proposta orçamentária da administração gestora supervisionada.

Parágrafo único. A regra se aplica também às entidades da administração indireta.

Art. 142. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação ou propostas parciais do orçamento respectivo, consoante estimativa da receita, até 31/07/2015 ao Poder Executivo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

Art. 143. Os gestores de órgãos e entidades da administração indireta terão o mesmo prazo do art. 142 para enviar as propostas orçamentárias parciais do orçamento respectivo à Secretaria de Finanças.

Art. 144. Quando da elaboração dos planos de aplicação para programas e ações em favor do menor e do adolescente, deverão ser incluídas as despesas com os Conselheiros Tutelares.

Art. 145. Os fundos de natureza contábil e os fundos especiais que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras, bem como na hipótese dos gestores não enviarem seus planos de aplicação, propostas parciais ou informações suficientes, até a data estabelecida no art. 142, terão seus orçamentos elaborados pela Secretaria de Finanças.

Art. 146. Os planos de aplicação de que trata o art. 144 desta Lei e o art. 2º, §2º, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 1964, serão compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 147. Serão consignadas dotações orçamentárias específicas para o custeio de despesas com pessoal e encargos vinculados aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, compreendendo:



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

- PREFEITO**
- I - despesas de pessoal de magistério da educação básica;
 - II - demais despesas de pessoal da educação básica.

Art.148. Os programas destinados a atender ações finalísticas e aqueles financiados com recursos provenientes de transferências voluntárias oriundas de convênios, preferencialmente, deverão ser administrados por gestor designado pelo Prefeito ou pelo gestor do fundo a qual esteja vinculado.

Art. 149. O gestor de programas finalísticos e de convênios acompanhará a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas pelo programa e alcance dos objetivos do convênio.

Art. 150. O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitirá relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

Parágrafo único. O Gestor de Convênios será responsável pela prestação de contas do convênio respectivo até sua regular aprovação, monitoramento do CAUC, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios (SICONF) e atendimento de diligências.

Art.151. Serão realizadas audiências públicas para cumprimento das disposições especificadas na legislação aplicável, especialmente para demonstrar o cumprimento de metas fiscais e o desempenho dos gestores de fundos e entidades da administração indireta.

Art.152. Os conselheiros municipais, integrantes dos conselhos de controle social respectivos, deverão ser convidados para as audiências públicas.

PREFEITURA DE

Art. 153. Aplicam-se aos gestores de programas as disposições desta seção.

**CARTELO
DAS VEDAÇÕES LEGAIS**

ALCANTIL

Seção Única
Das Vedações

Art. 154. É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

Art.155. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- III - a abertura de créditos suplementar ou especial sem autorização legislativa;
- IV - a inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;
- V - a movimentação de recursos oriundos de convênios em conta bancária que não seja específica;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

VI - a transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para outra conta que não seja a do credor de obras, serviços ou fornecimento de bens legalmente contratados com recursos do convênio;

VII - a utilização de saldos de dotações destinadas a pessoal, encargos sociais, amortização e serviço da dívida para servir de recursos para abertura de créditos adicionais destinados a suplementação de dotações destinadas a outras despesas.

Art. 156. Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dívidas com órgãos previdenciários, Receita Federal do Brasil, FGTS e PASEP, bem como junto a concessionárias de água e energia elétrica, obedecida à legislação pertinente.

CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS E DO ENDIVIDAMENTO

Seção I Dos Precatórios

Art.157. O orçamento para o exercício de 2016 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art.158. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2015, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Art.159. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficial aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência, em respeito à ordem de apresentação.

Art.160. Para fins de atendimento, a Procuradoria Municipal examinará todos os precatórios e informará aos setores responsáveis, especialmente os órgãos citados no artigo 159, orientará a respeito do atendimento de determinações judiciais e indicará a ordem cronológica dos precatórios existente no Poder Judiciário.

Seção II Da Celebração de Operações de Crédito

Art. 161. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2016, autorização para celebração de operações de crédito.

Art. 162. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2016, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

Art. 163. É permitida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no exercício de 2016, observadas as disposições da legislação nacional específica e orientação do pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 164. Constará do projeto de lei orçamentária autorização para celebração de operações de crédito por antecipação de receita.

Art.165. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisará de autorização da Câmara de Vereadores.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Seção III

Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada

Art.166. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art.167. Serão consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais das dívidas.

Art. 168. Serão consignadas no Orçamento de 2016 dotações para o custeio do serviço das dívidas públicas, inclusive àquelas relacionada com operações de crédito de longo prazo, contratadas ou em processo de contratação junto aos órgãos ou agentes financiadores, para a realização de investimentos no Município.

Art. 169. Na proposta orçamentária para 2016 será considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Dos Prazos, Tramitação, Sanção e Publicação da Lei Orçamentária

Art.170. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2016 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2015 e devolvida para sanção até 05 de dezembro de 2015.

Art.171. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2016, será entregue ao Poder Executivo até o último dia útil do mês de julho de 2015 para efeito de inclusão das dotações do Poder Legislativo na proposta orçamentária do Município, referenciada no art. 170, desta Lei.

§ 1º. Junto com a proposta orçamentária para inclusão no Orçamento de que trata o artigo anterior, a Câmara de Vereadores enviará ao Poder Executivo os programas do Poder Legislativo que serão incluídos constantes do Plano Plurianual PPA 2014/2017.

§ 2º. O Poder Legislativo poderá solicitar modelo de planilha de programa e as instruções que entender conveniente ao Poder Executivo, para estruturar seus programas e ações que constarão do PPA 2014/2017.

Art. 172. A despesa autorizada para o Poder Legislativo no Orçamento de 2016 terá a execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada até o final do exercício de 2015, conforme estabelece o art. 29-A e seus incisos, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art.173. Caso o Projeto da Lei Orçamentária (LOA 2016) não for sancionado até 31 de dezembro de 2015, a programação dele constante poderá ser executada em 2016 para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de prevenção a desastres classificadas na Subfunção Defesa Civil;
- III - ações em andamento;
- IV - obras em andamento;
- V - manutenção dos órgãos e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

VI - execução dos programas finalísticos e outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 174. Ocorrendo a situação prevista no caput do artigo anterior, para despesas de pessoal, de manutenção das unidades administrativas, despesas de caráter continuado e para o custeio do serviço e da amortização da dívida pública, fica autorizada a emissão de empenho estimativo para o exercício.

Art. 175. No caso de haver comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito da Câmara Municipal, poderá haver retificação nos autógrafos da Lei Orçamentária de 2016.

Seção II

Da Transparência, das Audiências Públicas e das Disposições Finais e Transitórias.

Art. 176. A transparência da gestão municipal também será assegurada por meio de:

I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração do orçamento e dos planos;

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico de acesso público.

Art. 177. Os relatórios de execução orçamentária (RREO) e de gestão fiscal (RGF), bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a prestação de contas serão disponibilizados no site do Poder Executivo, para conhecimento público.

Art. 178. A comunidade poderá participar da elaboração da LOA/2016 por meio de audiências públicas e oferecer sugestões.

I - ao Poder Executivo, no dia 1º de setembro de 2015, junto à Secretaria de Finanças;

II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária de detalhamento do plano plurianual, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão, com ou sem a participação do Poder Executivo.

Art. 179. Serão elaboradas atas das audiências públicas e registro de presenças.

Art. 180. Para fins de realização de audiência pública será observado:

I - Quanto ao Poder Legislativo:

a) Que a condução da audiência fique a cargo da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;

b) Convocar a audiência com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e comunicar formalmente ao Poder Executivo.

II - Quanto ao Poder Executivo:

a) Receber comunicação formal da data da audiência, quando realizada na Câmara de Vereadores;

b) Disponibilizar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da audiência de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Resumido de Execução Orçamentária (RREO);



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

c) Quando a audiência pública for realizada no âmbito do Poder Executivo, seguir o mesmo prazo do Inciso I, alínea "b", deste artigo e comunicar, formalmente, à Câmara de Vereadores e aos Conselhos de Controle Social.

d) § 1º. Poderão ser realizadas audiências públicas conjuntas dos Poderes Legislativo e Executivo, na Câmara de Vereadores, para tratar da LOA 2016.

§ 2º. As atas das audiências públicas serão disponibilizadas ao Poder Executivo para juntar à prestação de contas do exercício de 2016.

Art. 181. Os titulares dos Poderes referidos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 disponibilizarão, por meio do SISTN, os respectivos relatórios de gestão fiscal, no prazo de até 40 (quarenta) dias, após o encerramento de cada semestre.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo demonstrativo da Receita Corrente Líquida, para propiciar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do Legislativo.

Art. 182. Para a realização de investimentos e de obras estruturadoras, poderão ser feitas parcerias público-privadas, nos termos da Lei Federal nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

Art. 183. Após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2016, ainda no exercício de 2015, o Poder Executivo poderá:

I - planejar as despesas para execução de programas, realização dos serviços públicos e execução de obras, fazer a programação das necessidades, elaborar projetos básicos e estudos de referência, estabelecer programação financeira e cronograma de desembolso;

II - autorizar o início de processos licitatórios para contratação no próximo exercício, indicando as dotações orçamentárias constantes no orçamento de 2016.

Art. 184. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I - ANEXO I: Anexo de Prioridades;

II - ANEXO II: Anexo de Metas Fiscais;

III - ANEXO III: Anexo de riscos Fiscais.

Art. 185. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Alcântil 15 de Junho de 2015

José Ademair de Farias
JOSÉ ADEMAR DE FARIAS
Prefeito



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

-397

Paraíba
Governo Municipal de Alcântil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

APROVADO
ALCANTIL
Página: 001

Órgão: 00 - Câmara Municipal

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 1001 - Garantia do Funcionamento do Poder Legislativo
PROMOVER AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO.

APROVADO

Ação.....: 1001 - Const. Reforma ou Ampliação do Prédio da câmara
Descrição: Const. Reforma ou Ampliação do Prédio da câmara

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	8.924,00

Ação.....: 2001 - Manter as Atividades do Poder Legislativo
Descrição: Manter as Atividades do Poder Legislativo

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	774.928,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 783.852,00

Órgão: 01 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 1002 - Gestão Pública de Qualidade
PROMOVER AÇÕES PARA O REGULAR EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PODER PÚBLICO

Ação.....: 1002 - Aquisição de Veículo para o Gabinete
Descrição: Aquisição de Veículo para o Gabinete

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	36.960,00

[Handwritten signatures and initials]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcântil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 002

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Ação.....: 2002 - Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito
Descrição: Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	598.875,20

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 635.835,20

Órgão: 02 - Secretaria de Administração

Função: 04 - Administração

02322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcântil

Subfunção: 122 - Administração Geral

APROVADO

Câmara - CEP 58.460-000

ALCANTIL - PB.

Programa: 1002 - Gestão Pública de Qualidade
PROMOVER AÇÕES PARA O REGULAR EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PODER PÚBLICO

Ação.....: 1003 - Construção do Centro Administrativo
Descrição: Construção do Centro Administrativo

Unidade de medida: Projeto :	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	43.120,00

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Ação.....: 2003 - Manter as Atividades do Setor Administrativo
Descrição: Manter as Atividades do Setor Administrativo

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	601.955,20

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 1014 - Manutenção do Equilíbrio Fiscal



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LOO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 003

PROMOVER O EQUILÍBRIO ATRAVÉS DO AUMENTO DA ARRECAÇÃO E PAGAMENTO DAS DÍVIDAS E ENCARGOS SOCIAIS.

Ação.....: 0001 - Pagamento de Sentenças Judiciais
Descrição: Pagamento de Sentenças Judiciais

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 18.480,00

Ação.....: 0002 - Pagamento de Dívidas (INSS Parc./Outros)
Descrição: Pagamento de Dívidas (INSS Parc./Outros)

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 244.921,60

Ação.....: 0003 - Contribuições para o PASEP
Descrição: Contribuições para o PASEP

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 97.574,40

Ação.....: 0004 - Pagamento das Contribuições para INSS
Descrição: Pagamento das Contribuições para INSS

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 369.600,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016: 1.375.651,20

02.322.970/0001-39

Órgão: 03 - Secretaria de Finanças

Câmara Municipal de Alcantil

APROVADO

Função: 04 - Administração

Centro - CEP 58.460-000

ALCANTIL - PB.

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Ação.....: 2004 - Manutenção do Setor Financeiro



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 004

Descrição: Manutenção do Setor Financeiro

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 257.980,80

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 257.980,80

Órgão: 04 - Secretaria de Educação

Função: 12 - Educação

02322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

Subfunção: 122 - Administração Geral

APROVADO

Centro - CEP 58.460-000

ALCANTIL - PB.

Programa: 1003 - Elevação do Nível Educacional de Crianças e Jovens
AUMENTAR A OFERTA DE VAGAS E A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

Ação.....: 1004 - Const. da Sede da Secretaria de Educação
Descrição: Const. da Sede da Secretaria de Educação

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 36.960,00

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1003 - Elevação do Nível Educacional de Crianças e Jovens
AUMENTAR A OFERTA DE VAGAS E A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

Ação.....: 1005 - Equipar o Setor de Educação
Descrição: Equipar o Setor de Educação

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 43.120,00

Ação.....: 1006 - Construir e Reformar Unidades Educacionais
Descrição: Construir e Reformar Unidades Educacionais

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 123.200,00

Ação.....: 2005 - Manter as Atividades do FUNDEB - 40%



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

-397

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

APPROVADO
Centro - CEP 58.401-000
ALCANTIL - PB
Página: 003

Descrição: Manter as Atividades do FUNDEB - 40%

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 1.061.368,00

Ação.....: 2006 - Manutenção do FUNDEB 60%
Descrição: Manutenção do FUNDEB 60%

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 1.759.296,00

Ação.....: 2007 - Desenvolver as Atividades do Ensino Fundamental(MDE)
Descrição: Desenvolver as Atividades do Ensino Fundamental(MDE)

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 871.024,00

Ação.....: 2008 - Ampliação da inclusão digital nas Escolas
Descrição: Ampliação da inclusão digital nas Escolas

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 49.280,00

Programa: 1004 - Manutenção de Ações Correlatas com a Área de Educação
PROMOVER AÇÕES NECESSARIAS AO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO FORMA DE COLABORAR COM O CRESCIMENTO DO ENSINO.

Ação.....: 1007 - Aquisição de Veículos p/Setor Educação
Descrição: Aquisição de Veículos p/Setor Educação

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 246.400,00

Ação.....: 2009 - Manter as Atividades de Merenda Escolar
Descrição: Manter as Atividades de Merenda Escolar

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 147.840,00

Ação.....: 2010 - Desenvolver Atividades com Recursos do FNDE
Descrição: Desenvolver Atividades com Recursos do FNDE

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 98.560,00



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 006

Ação.....: 2011 - Manut.das Ativ.de Transporte Escolar
Descrição: Manut.das Ativ.de Transporte Escolar

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 259.952,00

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1003 - Elevação do Nível Educacional de Crianças e Jovens
AUMENTAR A OFERTA DE VAGAS E A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

02.322.970/0001-39

Município de Alcantil

APROVADO

Centro - CEP 58.460.000

ALCANTIL - PB.

Ação.....: 1008 - Construção de Creches
Descrição: Construção de Creches

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 123.200,00

Ação.....: 2012 - Desenvolver as Atividades de Educação Infantil
Descrição: Desenvolver as Atividades de Educação Infantil

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 121.105,60

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 4.941.305,60

Órgão: 05 - Secretaria de Cultura e Desportos

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 1012 - Desenvolvimento de Potencialidades Turísticas e Culturais
PROMOVER AÇÕES DESTINADAS A DIVULGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATRAÇÕES NATURAIS DA REGIÃO,
REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação.....: 1009 - Aquisição de Instrumentos Musicais para a Banda Filarmônica Municipal
Descrição: Aquisição de Instrumentos Musicais para a Banda Filarmônica Municipal

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 12.320,00



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

02 322979/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

Ação.....: 1010 - Construção de espaços para atividades culturais
Descrição: Construção de espaços para atividades culturais

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 61.600,00

APPROVADO

Centro - CEP 58.460-000

ALCANTIL - PB.

Ação.....: 2013 - Manutenção das Atividades Relacionadas com a Cultura do Município
Descrição: Manutenção das Atividades Relacionadas com a Cultura do Município

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 225.209,60

Ação.....: 2014 - Promover Eventos Turísticos e Culturais
Descrição: Promover Eventos Turísticos e Culturais

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 226.934,40

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 1013 - Incentivo ao Esporte e Lazer
PROMOVER AÇÕES DE INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTES COMO MODO DE INCLUSÃO SOCIAL

Ação.....: 1011 - Construção de Espaços Poliesportivos
Descrição: Construção de Espaços Poliesportivos

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 98.560,00

Ação.....: 2015 - Desenvolver as Atividades Relacionadas a o Esporte
Descrição: Desenvolver as Atividades Relacionadas a o Esporte

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 34.496,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 659.120,00

Órgão: 06 - Secretaria de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 1007 - Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

01-39

Alcantil

Centro - CEP 59.400-000

ALCANTIL - PB.

Página : 008

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

DESENVOLVER AÇÕES NECESSÁRIAS PARA GARANTIR E AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE COM QUALIDADE.

Ação.....: 2016 - Apoio as Ações do Conselho de Saúde
Descrição: Apoio as Ações do Conselho de Saúde

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2016: 1
Valor total: 12.320,00

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Ação.....: 2017 - Desenvolver as Atividades do Fundo Municipal de Saúde (Recurso Próprio)
Descrição: Desenvolver as Atividades do Fundo Municipal de Saúde (Recurso Próprio)

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2016: 1
Valor total: 1.754.737,60

subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 1007 - Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde
DESENVOLVER AÇÕES NECESSÁRIAS PARA GARANTIR E AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE COM QUALIDADE.

Ação.....: 1012 - Const. Ampliação das estruturas físicas da Saúde
Descrição: Const. Ampliação das estruturas físicas da Saúde

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2016: 1
Valor total: 209.440,00

Ação.....: 1013 - Adquirir Equipamentos para Saúde
Descrição: Adquirir Equipamentos para Saúde

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2016: 1
Valor total: 43.120,00

Ação.....: 1014 - Aquisição de Veículos para o Setor de Saúde
Descrição: Aquisição de Veículos para o Setor de Saúde

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2016: 1
Valor total: 98.560,00

Ação.....: 2018 - Desenvolver as Atividades Básicas de Saúde - PAB



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

01-39

Alcantil

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Centro - CEP 58.450-000

ALCANTIL - PB.

Página : 009

Descrição: Desenvolver as Atividades Básicas de Saúde - PAB

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 142.412,90

Ação.....: 2019 - Desenvolver as Atividades do PACS (Agentes Comunitários de Saúde.)

Descrição: Desenvolver as Atividades do PACS (Agentes Comunitários de Saúde.)

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 166.320,00

Ação.....: 2020 - Desenvolver as Atividades do PSF

Descrição: Desenvolver as Atividades do PSF

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 511.526,40

Ação.....: 2021 - Desenvolver as Atividades de Saúde Bucal

Descrição: Desenvolver as Atividades de Saúde Bucal

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 98.560,00

Ação.....: 2022 - Desenvolver as Atividades da Farmácia Básica

Descrição: Desenvolver as Atividades da Farmácia Básica

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 40.656,00

Ação.....: 2023 - Desenvolver as Atividades de Outros Programas do SUS

Descrição: Desenvolver as Atividades de Outros Programas do SUS

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 66.281,60

subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 1007 - Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde

DESENVOLVER AÇÕES NECESSÁRIAS PARA GARANTIR E AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE COM QUALIDADE.

Ação.....: 2024 - Desenvolvimento de Ações da Média e Alta complexidade - Mac

Descrição: Desenvolvimento de Ações da Média e Alta complexidade - Mac



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

01-39

Alcântil

Paraíba
Governo Municipal de Alcântil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Av. São José

Centro — CEP 58.460-000

ALCÂNTIL

Página: 018

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016:

1

Valor total: 82.544,00

Ação.....: 2025 - Desenvolvimento das atividades do SAMU
Descrição: Desenvolvimento das atividades do SAMU

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016:

1

Valor total: 277.200,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 3.503.678,50

Órgão: 07 - Secretaria de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Ação.....: 2026 - Desenvolver as Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Descrição: Desenvolver as Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016:

1

Valor total: 387.340,80

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 1005 - Garantia de Cidadania a Criança e ao Adolescente
ANPARAR, PROTEGER E DAR CONDIÇÕES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO À CRIANÇAS ADOLESCENTES IDOSOS E A POPULAÇÃO CARENTE EM GERAL.

Ação.....: 1015 - Aquisição de Veículo
Descrição: Aquisição de Veículo

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016:

1

Valor total: 36.960,00

Ação.....: 2027 - Manutenção do Programa P E T I



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

01-39

Paraíba
Governo Municipal de Alcântil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Câmara Municipal de Alcântil
APROVADO

Av. Sagittarios, 015/n

CEP 58.480-000

Descrição: Manutenção do Programa P E T I

ALCÂNTIL - PB.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 69.731,20

Ação.....: 2028 - Manutenção do Programa Pró-Jovem

Descrição: Manutenção do Programa Pró-Jovem

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 61.600,00

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 1006 - Serviços de Proteção Social à População

ASSEGURAR AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO EM GERAL, ESPECIALMENTE AOS MAIS CARENTES

Ação.....: 1016 - Construção de prédios para uso da Assistência Social

Descrição: Construção de prédios para uso da Assistência Social

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 61.600,00

Ação.....: 2029 - Manutenção do Programa Prot. Bolsa Família (IGD)

Descrição: Manutenção do Programa Prot. Bolsa Família (IGD)

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 66.528,00

Ação.....: 2030 - Manutenção dos Conselhos Municipais (Ação Social)

Descrição: Manutenção dos Conselhos Municipais (Ação Social)

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 23.161,60

Ação.....: 2031 - Manutenção de Outros Programas Fmas

Descrição: Manutenção de Outros Programas Fmas

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 12.320,00

Ação.....: 2032 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família

Descrição: Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 66.528,00

[Handwritten signatures and initials]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 012

Ação.....: 2033 - Manut.dos Serv.de Atendimento ao Idoso
Descrição: Manut.dos Serv.de Atendimento ao Idoso

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 14.784,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 800.553,60

Órgão: 08 - Secretaria de Infra Estrutura

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 122 - Administração Geral

02.322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Av. São José, s/n

APROVADO
54.160,00
ALCANTIL - PB.

Ação.....: 2034 - Desenvolver as Atividades de Infra Estrutura
Descrição: Desenvolver as Atividades de Infra Estrutura

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 1.371.708,80

Subfunção: 451 - Infra Estrutura Urbana

Programa: 1008 - Ações Estruturantes ao Meio Urbano
PROMOVER AÇÕES DESTINADAS A REALIZAR O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DE OBRAS QUE GARANTAM A MAIOR ACESSIBILIDADE E DEMAIS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

Ação.....: 1017 - Construção Ampliação e Reforma de Prédios e logradouros públicos
Descrição: Construção Ampliação e Reforma de Prédios e logradouros públicos

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 61.600,00

Ação.....: 1018 - Implantação de Pavimentação
Descrição: Implantação de Pavimentação

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 123.200,00

[Handwritten signatures and stamps]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

39
Alcantil

Centro - CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 013

Ação.....: 1019 - Construção de Cemitério
Descrição: Construção de Cemitério

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 43.120,00

Ação.....: 1020 - Expansão da Rede Elétrica
Descrição: Expansão da Rede Elétrica

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 36.960,00

Ação.....: 1021 - Construção e Ampliação de Parques e Jardins
Descrição: Construção e Ampliação de Parques e Jardins

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 59.012,80

Ação.....: 1022 - Aquisição de Veículos
Descrição: Aquisição de Veículos

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 123.200,00

Ação.....: 1023 - Desapropriação de Imóveis
Descrição: Desapropriação de Imóveis

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 36.960,00

Ação.....: 1024 - Construção de Abrigos
Descrição: Construção de Abrigos

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 43.120,00

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 1010 - Habitação Popular

[Handwritten signatures and initials]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LOO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 014

PROMOVER AÇÕES INERENTES AO PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS À REDUÇÃO DO DEFICIT HABITACIONAL.

Ação.....: 1025 - Construção de Unidades Habitacionais
Descrição: Construção de Unidades Habitacionais

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 67.760,00

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 1009 - Qualidade do Meio Ambiente
AMPLIAÇÃO E GARANTIA DE SERVIÇOS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ESGOTOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA.

Ação.....: 1026 - Ampliação do Sistema de Esgotos
Descrição: Ampliação do Sistema de Esgotos

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2016: 1
Valor total: 67.760,00

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2001 - Apoio Administrativo
DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.

Ação.....: 2035 - Desenvolver as Atividades de Estradas Vicinais
Descrição: Desenvolver as Atividades de Estradas Vicinais

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1
Valor total: 39.424,00

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 1011 - Fortalecimento da Infra Estrutura Rural
PROMOVER AÇÕES QUE GARANTAM ACESSO ÀS LOCALIDADES, FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E CONDIÇÕES HÍDRICAS

Ação.....: 1027 - Construção de Obras de Melhoria em Estradas Vicinais

02.322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

APROVADO

Centro - CEP 58.460-000

ALCANTIL - PB.

[Handwritten signatures and initials]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 015

Descrição: Construção de Obras de Melhoria em Estradas Vicinais
Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2016: 1
Valor total: 43.120,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 2.116.945,60

Órgão: 09 - Secretaria de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 1011 - Fortalecimento da Infra Estrutura Rural
PROMOVER AÇÕES QUE GARANTAM ACESSO ÀS LOCALIDADES, FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E CONDIÇÕES HÍDRICAS

Ação.....: 1028 - Adquirir Maquinas e Implementos Agrícola
Descrição: Adquirir Maquinas e Implementos Agrícola
Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2016: 1
Valor total: 320.320,00

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 1011 - Fortalecimento da Infra Estrutura Rural
PROMOVER AÇÕES QUE GARANTAM ACESSO ÀS LOCALIDADES, FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E CONDIÇÕES HÍDRICAS

Ação.....: 1029 - Const. de Instalações para atividades de agricultura e pecuária
Descrição: Const. de Instalações para atividades de agricultura e pecuária
Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2016: 1
Valor total: 61.600,00

Ação.....: 2036 - Manutenção das Atividades da Sec de Agricultura
Descrição: Manutenção das Atividades da Sec de Agricultura
Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2016: 1
Valor total: 231.985,60

Ação.....: 2037 - Implantação de programas para melhoria da Agricultura e Pecuária.

02.322.970/0001-39
Câmara Municipal de Alcantil
APROVADO
Av. ... CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB.

[Handwritten signatures and initials]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcântil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcântil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 016

Descrição: Implantação de programas para melhoria da Agricultura e Pecuária.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 36.960,00

Ação.....: 2038 - Programa de controle de doenças (vacinação de animais)
Descrição: Programa de controle de doenças (vacinação de animais)

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 30.800,00

Ação.....: 2039 - Dist. de sementes, adubos e defensivos para agricultores
Descrição: Dist. de sementes, adubos e defensivos para agricultores

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 36.960,00

Ação.....: 2040 - Distribuição de água.
Descrição: Distribuição de água.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 73.920,00

Ação.....: 2041 - Apoio ao CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
Descrição: Apoio ao CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2016: 1

Valor total: 49.280,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2016 841.825,60

Órgão: 10 - Sec. de Desenvolvimento e Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Programa: 1009 - Qualidade do Meio Ambiente

AMPLIAÇÃO E GARANTIA DE SERVIÇOS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ESGOTOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA.

Ação.....: 1030 - Implant. do sistema de resíduos sólidos

02.322.970/0001-397
Câmara Municipal de Alcântil
Av. São José, s/n
Centro - CEP 58.463-000

APPROVADO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LOO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 017

Descrição:	Implant. do sistema de resíduos sólidos	Quantidade 2016:	1
Unidade de medida:	Projeto	Valor total:	141.680,00
Função: 20 - Agricultura			
Subfunção: 122 - Administração Geral			
Programa: 2001 - Apoio Administrativo DESENVOLVER AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO ESPECÍFICAS AOS PROGRAMAS.			
Ação.....:	2042 - Manter as Ativ. de Desenv. e Meio Ambiente	Quantidade 2016:	1
Descrição:	Manter as Ativ. de Desenv. e Meio Ambiente	Valor total:	147.470,40
Unidade de medida:	Atividade		
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos			
Programa: 1011 - Fortalecimento da Infra Estrutura Rural PROMOVER AÇÕES QUE GARANTAM ACESSO ÀS LOCALIDADES, FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E CONDIÇÕES HÍDRICAS			
Ação.....:	1031 - Construção e Recuperação de Reservatório d'água	Quantidade 2016:	1
Descrição:	Construção e Recuperação de Reservatório d'água	Valor total:	246.400,00
Unidade de medida:	Projeto		
Ação.....:	1032 - Perfuração e Instalação de Pocos Artesianos	Quantidade 2016:	1
Descrição:	Perfuração e Instalação de Pocos Artesianos	Valor total:	160.160,00
Unidade de medida:	Projeto		
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária			
Programa: 1011 - Fortalecimento da Infra Estrutura Rural PROMOVER AÇÕES QUE GARANTAM ACESSO ÀS LOCALIDADES, FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E CONDIÇÕES HÍDRICAS			
Ação.....:	1033 - Construção de Matadouro	Quantidade 2016:	1
Descrição:	Construção de Matadouro	Valor total:	160.160,00
Unidade de medida:	Projeto		

02.322.970/0001-39
Câmara Municipal de Alcantil
Av. SIA - S/Nº 50
Centro - CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB.

APROVADO

[Handwritten signatures and initials]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

Paraíba
Governo Municipal de Alcantil

LDO 2016 - Anexo de Metas e Prioridades

Página : 018

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2016:	1
	Valor total:	61.600,00
<hr/>		
TOTAL DO ÓRGÃO.....	Valor 2016	757.310,40
<hr/>		
TOTAL GERAL.....	Valor 2016	16.674.058,50
<hr/>		

F 02.322.970/0001-397
Câmara Municipal de Alcantil
Av. São José, s/n
CEP: 68.463-000
ALCANTIL

APROVADO

7



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

ANEXO DE METAS FISCAIS

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

(Artigo 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

RECEITA

Como base de cálculo para a previsão da receita do exercício financeiro de 2016 foram consideradas as receitas arrecadadas nos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014 e a previsão de arrecadação para o exercício de 2015, encontrando-se a média percentual de crescimento de cada período.

Também foram consideradas todas as legislações pertinentes, tais como:

Código Tributário, Planta Genérica de Valores e possíveis Isenções.

Igualmente consideramos, a média de crescimento da receita

DESPESA

Pessoal e Encargos Sociais

Como base de cálculo para a fixação das despesas com pessoal e encargos sociais, foram consideradas as despesas empenhadas no período de 2012, 2013 e 2014 e a previsão para 2015 encontrando-se a média percentual de crescimento de cada período.

Foi considerada, ainda, a revisão do salário mínimo nacional.

Demais Despesas de Custeio

Como base de cálculo para a fixação das demais despesas de custeio, foram consideradas as despesas empenhadas no período de 2012, 2013 e 2014 e a previsão para 2015, encontrando-se a média percentual de cada período.

À média percentual do período foi adicionado o percentual referente a projeção de inflação, para o período.

02.322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

Centro - CEP 58.460-000

ALCANTIL - PB.

APPROVADO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO ANEXO DE METAS FISCAIS I - METAS ANUAIS 2016

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (f) = (e / PIB) x 100
Receita Total	16.674.058	15.673.615	-	18.341.141	16.121.863	-	19.904.984	16.361.897	-
Receitas Não-Financeiras (I)	16.588.658	15.593.339	-	18.255.741	16.046.796	-	19.779.733	16.258.941	-
Despesas Total	16.674.058	15.673.615	-	18.341.141	16.121.863	-	19.904.984	16.361.897	-
Despesas Não-Financeiras (II)	16.420.378	15.435.155	-	18.054.950	15.870.301	-	19.590.174	16.103.123	-
Resultado Primário (I - II)	168.280	158.183	-	200.791	176.495	-	189.559	155.818	-
Resultado Nominal	(790.000)	(742.600)	-	2.400	2.110	-	2.688	2.210	-
Dívida Pública Consolidada	500.000	470.000	-	560.000	492.240	-	627.200	515.558	-
Dívida Consolidada Líquida	20.000	18.800	-	22.400	19.690	-	25.088	20.622	-

T 02.322.970/0001-39 7
Câmara Municipal de Alcantil
Av. São José, s/n
Centro - CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB.

APROVADO



**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE
ALCANTIL**

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

ALCANTIL

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2016**

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2014	% PIB	II - Metas Realizadas em 2014	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	11.750.000	-	12.833.990	-	1.083.990	-
II - Receitas Não-Financeiras	11.690.000	-	12.673.488	-	983.488	-
III - Despesas Total	11.750.000	-	13.738.884	-	1.988.884	-
IV - Despesas Não-Financeiras	11.544.155	-	13.565.209	-	2.021.054	-
V - Resultado Primário (II - IV)	145.845	-	(891.721)	-	(1.037.566)	-
VI - Resultado Nominal	5.475	-	931.830	-	926.355	-
VII - Dívida Pública Consolidada	500.000	-	581.126	-	81.126	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	400.000	-	854.479	-	454.479	-

02.322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

Av. São José, s/n

Centro — CEP 58.460-000

ALCANTIL — PB.

APROVADO

[Handwritten signatures and marks]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2016

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	12.553.264	12.833.900	102,24	15.204.000	18,47	16.674.058	9,67	18.341.141	10,00	19.904.984	8,53
Receitas Não-Financeiras (I)	12.511.399	12.673.488	101,30	15.116.000	19,27	16.588.658	9,74	18.255.741	10,05	19.779.733	8,35
Despesas Total	12.215.359	13.738.884	112,47	15.163.000	10,37	16.674.058	9,97	18.341.141	10,00	19.904.984	8,53
Despesas Não-Financeiras (II)	12.204.736	13.565.209	111,15	14.911.900	9,93	16.420.378	10,12	18.054.950	9,95	19.590.174	8,50
Resultado Primário (I - II)	306.663	891.721	290,78	204.100	(77,11)	168.280	(17,55)	200.791	19,32	189.559	(5,59)
Resultado Nominal	(88.251)	931.830	(1.055,89)	(273.924)		(790.000)		2.400		2.688	12,00
Dívida Pública Consolidada	490.122	581.126	118,57	600.000	3,25	500.000	(16,67)	560.000	12,00	627.200	12,00
Dívida Consolidada Líquida	44.526	850.479	1.910,07	810.000		20.000		22.400	12,00	25.088	12,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	11.800.068	12.063.951		14.291.760	18,47	15.673.615	10	16.121.863	3	16.361.897	1
Receitas Não-Financeiras (I)	11.760.715	11.913.079		142.090.401	1.092,73	15.593.339	(89)	16.046.796	3	16.258.941	1
Despesas Total	11.482.437	12.914.551		14.253.220	10,37	15.673.615	10	16.121.863	3	16.361.897	1
Despesas Não-Financeiras (II)	11.472.452	12.751.296		14.017.186	9,93	15.435.155	10	15.870.301	3	16.103.123	1
Resultado Primário (I - II)	288.263	(838.218)		191.854	(122,89)	158.183	(48)	176.495	12	155.818	(12)
Resultado Nominal	(82.958)	875.920		(257.489)		(742.600)		2.110		2.210	
Dívida Pública Consolidada	460.715	546.258		564.000	3,25	470.000	(17)	492.240	5	515.558	5
Dívida Consolidada Líquida	41.854	803.210		761.400		18.800	(17)	322.979	5	20.622	5

APROVADO

Av. São José, s/n
Centro - CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB.

Câmara Municipal de Alcantil
0001-397

(Handwritten signatures and initials)



**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE
ALCANTIL**

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2016**

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

PATRIMONIO LIQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	6.909.289	100,00	6.224.944		4.029.224	
Reservas	-	-	-		-	
Resultado Acumulado	-	-	-		-	
TOTAL	6.909.289	100,00	6.224.944		4.090.224	

PATRIMONIO LIQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-	-	-		-	
Reservas	-	-	-		-	
Resultado Acumulado	-	-	-		-	
TOTAL						

02.322.970/0001-397

Câmara Municipal de Alcantil
Av. São José, s/n
Centro — CEP 58.460-000
ALCANTIL — PB.

APROVADO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE

ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2016

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2014	2013	2012
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-

Nada a Registrar

DESPESAS LIQUIDADAS	2014	2013	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	-	-	-

Nada a Registrar

02.322.970/0001-39 7

Amara Municipal de Alcantil
Av. São José, s/n
Centro - CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB.

APROVADO

[Handwritten signatures and marks]



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2016

RF, art 4º, § 1º	R\$ milhares		
RECEITAS REALIZADAS	2012	2013	2014
RECEITAS CONCORRENTES			
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

02.322.970/0001-39
Câmara Municipal de Alcantil
Av. São José, s/n
Centro - CEP 58.460-000
ALCANTIL - PB
APROVADO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE
ALCANTIL

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.

Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2016

LRF, art 4º, § 1º	EVENTO	R\$ milhares VALOR PREVISTO 2016
	Aumento Permanente da Receita	2.056.850
	(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	1.615.435
	(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEF	652.108
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(210.693)
	Redução Permanente de Despesa (II)	-
	Margem Bruta (III) = (I + II)	(210.693)
	Saldo Utilizado (IV)	-
	Impacto de Novas DOCC	-
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	(210.693)

22.322.970/0001-39 7
Câmara Municipal de Alcantil
Av. São José, s/n
Cidade - CEP 58.460-100
ALCANTIL
PB.
APROVADO



**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE
ALCANTIL**

Criado pela Lei Municipal nº 04, de Janeiro de 1997.
Publicado em Setembro no Diário oficial do estado.

Ano 2015

Edição 122

Alcantil, 01 de Agosto.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2016**

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva de Contingencia	45.000	Abertura de créditos extraordinários para pagamento de passivos contingentes.	45.000
TOTAL	45.000	TOTAL	45.000

02322.970/0001-39

Câmara Municipal de Alcantil

Av. São José, s/n

Centro — CEP 58 460-000

ALCANTIL — PB

APROVADO

[Handwritten signatures and initials]